

O ministério da Fazenda adverte:

Bem que tentamos, mas o economês incorporou-se inexoravelmente ao nosso dia-a-dia. Risco-país, superávit primário, saldo na balança comercial, crescimento do PIB e por aí vai. O jeito, então, é fazer alguns ajustes para evitar atropelos.

A primeira medida é estabelecer o Orçamento Doméstico. O da União, recém-aprovado, estabelece limites de gastos e distribuição de verbas por setores, de janeiro a dezembro. Pegue todas as contas e some, uma a uma. Escola das crianças, condomínio, aluguel ou prestação de casa, se houver, supermercado, combustível do carro, planos de saúde e lazer. Não se esqueça de impostos como o IPVA, IPTU e prestações de seguro. São sazonais mas, quando chegam, costumam estourar as contas. Construir o orçamento desta forma permite antever folgas (raras) e apertos ao longo dos 12 meses.

O orçamento deve contabilizar a "dívida pública", como excesso de gastos no cartão de crédito no Natal ou as viagens nas férias. E a receita mensal real, com eventuais extras, para que não se percam oportunidades de travar um dinheirinho para cobrir déficits. É o primeiro passo para começar a livrar o 13º salário da inexorável missão assumida nos últimos anos de cobrir as contas acumuladas ao longo do ano.

Diante de tais números, fica mais fácil planejar eventuais compras de eletrodomésticos, a troca de um carro ou mesmo uma casa maior ou mais nova. Se o motivo for mais um filho, que ele também chegue acompanhado de um cálculo.

Como todo mundo sabe, crescimento só acontece se ancorado por mais investimento e renda. Por isso o planejamento facilita decisões sobre cada um desses planos de um passo mais decisivo rumo ao futuro. O PIB, Plano de Incremento do Bolso, semelhante ao Produto Interno Bruto, deve crescer de acordo com as necessidades. Se não passar de 1%, significa que o padrão de vida não mudará nadinha. Se os planos forem ousados, deve ser calculado o crescimento necessário, principalmente no quesito renda, para que este ano não termine com as contas no vermelho.

Algumas medidas para se viver 2004 sem sustos

Os crediários eventualmente necessários, com parcelamento de até cinco ou dez vezes sem juros, sabe-se, embutem as taxas de remuneração do capital. Ninguém parcela pelos belos olhos do consumidor nem rasga dinheiro. Do liquidificador ao, quem sabe, carro de modelo mais novo, em vez de pagar prestações com juros embutidos, é mais negócio economizar antes, fazer a própria poupança, adiar a compra e, no momento certo, ter recursos guardados o suficiente para dar a você, e não ao vendedor, o poder de pressão por uma oferta melhor.

Em tempos de desemprego alto e nível de renda em queda, para manter o "saldo positivo da balança comercial" é preciso gastar menos do que se ganha. Sempre. Nós, cidadãos, não temos chance de renegociar acordos com nenhum FMI por aí. Muito menos bancos dispostos a liberar algum recurso sem impor condições draconianas para concessão de empréstimo. Uma vez instalados na ciranda dos juros, poucos têm condições para escapar. A dívida pública no Brasil chega a quase 60% do PIB. Significa algo como você ter uma renda familiar mensal de R\$ 3 mil e rolar, entre cartões e cheques especiais, R\$ 1,8 mil. Não é à toa que o setor financeiro é o que mais lucra no Brasil, enquanto a produção não avança um milímetro.

Quanto menos você deve, ou mais honra o pagamento das dívidas, menor é sua taxa de risco. Isso funciona como seguro de carro: se não usa, tem bônus e paga menos no ano seguinte. As eventuais sobras de orçamento devem ser usadas para diminuir o impacto das contas. Quem puder pagar o IPTU em cota única com 10% de desconto, escapa do aumento no mesmo percentual das parcelas mensais.

Guarde, sempre, algum. Corte um luxo aqui, outra extravagância ali, mas guarde. A economia do país deve melhorar. Crescimento negativo, ninguém aposta. Portanto, o nível de emprego deve manter-se ou crescer um pouquinho. Mas em tempos de globalização, neoliberalismo e ataques especulativos, nunca se sabe o dia de amanhã. Portanto, um caixa mínimo é preventivo a eventuais acidentes de percurso.

Tudo o que foi descrito acima é preventivo. Em linguagem conhecida pelo médico sanitário e atual ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tratam-se de medidas que, tomadas antecipadamente, evitam a posterior necessidade de hospitais e cura. O governo prometeu espetáculo, mas a estréia foi adiada. Podendo, faça o seu.

mbp@jb.com.br